

## **ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

SILVA, Luzia Alves da<sup>1</sup>  
TURECK, Lucia Terezinha Zanato<sup>2</sup>

Pensar no processo escolarização de alunos com deficiência visual demanda, antes de tudo, ter uma compreensão acerca da maneira como o ser humano aprende e se desenvolve, bem como, quais são os fatores que irão influenciar nesses processos. Importa, portanto, ter a compreensão de que

as desigualdades entre os homens não provem das suas diferenças biológicas naturais. Ela é produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classes e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico (LEONTIEV, 1978, p. 277).

Ou seja, compreender que a aprendizagem e o desenvolvimento de qualquer criança não ocorrerão naturalmente, mas, sim, de maneira gradativa e de acordo com as mediações e experiências que lhes forem possibilitadas, conforme afirma Leontiev (1978):

A criança não nasce com órgãos aptos a realizar de repente as funções que são produto do desenvolvimento histórico dos homens e se desenvolvem no decurso da vida pela aquisição da experiência histórica (p. 327).

Assim, ao nascer a criança ainda não possui as bases necessárias à aprendizagem, elas serão dadas de acordo com as estimulações e experiências sociais que a criança vai vivenciando. Essas experiências são possíveis de acordo com a mediação de seus familiares, pessoas da comunidade e de seus educadores ao ingressar na escola.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em Educação (UNIOESTE), professora do CAP – Centro de Apoio Pedagógico para alunos com deficiência visual, da rede estadual de ensino e técnica do Núcleo de Acessibilidade da UNILA – Universidade Federal Latino Americana, Foz do Iguaçu, Paraná; associada da ACADEVI, Cascavel, Paraná; luziaas@gmail.com

<sup>2</sup> Pedagoga, Mestre em Educação (UEM). Doutora em Letras (UFBA), membro do Programa de Educação Especial (UNIOESTE), dos Grupos de Pesquisa PRO.SOM (UFBA), GPEE e HISTEDOPR (UNIOESTE), associada da ACADEVI, Cascavel, Paraná; lutureck@gmail.com

No caso de crianças cegas não é diferente. Vários são os determinantes que influenciam nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento: a forma como a família a trata, os conceitos que a criança já teve ou não condição de adquirir e as possibilidades de acesso a novas experiências sociais. Conforme Vigotski (1997), a cegueira deve ser compreendida como uma fonte reveladora de atitudes, uma força motriz para a superação de obstáculos e dificuldades, mais do que uma deficiência, defeito ou insuficiência de um órgão ou função:

Este conflito origina grandes possibilidades e estímulos para a supercompensação. O defeito se converte, dessa maneira, no ponto de partida e na força motriz principal do desenvolvimento psíquico da personalidade. Se a luta conclui com a vitória para o organismo, então, não apenas são vencidas as dificuldades originadas pelo defeito, mas eleva-se o seu próprio desenvolvimento a um nível superior (p. 78).

Sabe-se da importância da imitação durante os dois primeiros anos de vida das crianças para que elas consigam apropriar-se de alguns conceitos, porém, a criança cega, devido à limitação visual, não realiza, como as demais, esse processo. Por isso, faz-se necessário que tal processo seja feito de maneira intencional, isto é, através de estímulos, orientações e com ações e experiências que tenham sentido e significado para ela.

Sob a pressão das exigências sociais dos videntes, dos processos de supercompensação e utilização da linguagem, iguais nos cegos e nos videntes, forma-se todo o desenvolvimento dessas particularidades, de maneira que a estrutura da personalidade do cego, em geral, tem uma tendência para alcançar um tipo social normal (VIGOTSKI, 1997, p. 84).

Para tanto, em se tratando de crianças cegas, faz-se necessário compreender que o papel da linguagem enquanto instrumento de mediação nos processos de aprendizagem e desenvolvimento é fundamental. Através dela a criança cega passa a conhecer e compreender os conceitos que serão importantes para os seus processos de aprendizagem e desenvolvimento ao longo de sua existência; através da aquisição da linguagem a criança consegue internalizar, refletir, abstrair e compreender as informações acerca do mundo que a rodeia, ou seja, apropriar-se da cultura e dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Além disso, possibilitar às crianças cegas experiências que lhe possibilitem desenvolver suas funções psicológicas

superiores (atenção, percepção, memória, entre outras), são fundamentais para que ela consiga, durante seu processo de escolarização, apropriar-se dos conhecimentos que lhes serão transmitidos e apreender as informações necessárias ao seu processo de aprendizagem.

Outro aspecto importante é também o relacionado ao desenvolvimento dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato e paladar), os quais não se desenvolvem naturalmente, mas, sim, através do processo de supercompensação, o qual será possível, a partir de uma reorganização psíquica do indivíduo, ou seja, como já mencionado anteriormente, de acordo com as experiências sociais que lhes são possibilitadas em cada período da aprendizagem (desafios, obstáculos a serem vencidos, entre outros), mediadas pela linguagem, com assinala Vigotski (1997): “no caso da cegueira, não é o desenvolvimento do tato ou a agudização do ouvido, senão a linguagem, a utilização da experiência social, a relação com os videntes, que constituem a fonte da compensação” (p. 81). A criança fará o processo de reorganização psíquica, encontrando alternativas para superar as dificuldades que estão sendo impostas a ela. E, nesse processo de superação, as funções psicológicas se desenvolverão de maneira a possibilitar que a criança seja capaz de aprender, ou seja, a memória se desenvolverá de maneira peculiar, a atenção se desenvolverá de maneira peculiar e, a partir daí, os sentidos remanescentes, os quais têm a função de captar as informações externas, também serão desenvolvidos e/ou direcionados em conformidade com esse desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

É importante ressaltar que, como já exposto, que todas as crianças aprendem e se desenvolvem de acordo com as experiências que lhes são possibilitadas e, no caso de crianças cegas, o que diferencia é apenas o processo de reorganização psíquica, ou seja, as vias de recepção das informações e a maneira como ela as abstrai, internaliza e compreende, porém, ambas - a criança cega e a que enxerga -, se bem estimuladas, chegam ao mesmo ponto: a aprendizagem e o desenvolvimento. Portanto, não há diferenças entre os princípios que norteiam o ensino de alunos com ou sem deficiência visual. Apenas, devem ser utilizados alguns recursos diferenciados durante o processo, dentre eles, o uso do sistema braille como representação de escrita.

Ressalta-se que, haverá casos em que as crianças cegas virão para a escola com algum atraso no seu processo de aprendizagem. Isso porque as crianças, no início, apropriam-se das informações através da imitação de seus pares. No caso de crianças cegas, devido à falta ou redução da visão, essa possibilidade não estará dada de maneira

explícita. Se não houver, por parte dos pais, e depois pela escola, estratégias para suprir essa necessidade a criança não será capaz de aprender sozinha e, conseqüentemente, de chegar à escola com as bases necessárias para se apropriar do processo de alfabetização.

Daí a importância de que os alunos com deficiência visual frequentem o atendimento educacional especializado com a menor idade possível, bem como, os centros de educação infantil. No caso dos Centros de Atendimento Especializado, a equipe pedagógica deverá realizar uma avaliação dessa criança para identificar o seu nível de aprendizagem e suas necessidades e, a partir daí, propor um planejamento coerente e capaz de superar - através de ações pedagógicas intencionais - as dificuldades que a família, por desinformação ou por omissão, não deu conta.

Assim, durante o processo de escolarização de alunos cegos, não há dúvidas de que a frequência no atendimento educacional especializado proporcionará a essa criança maiores possibilidades de aprendizagem, ou seja, através da mediação intencional do professor especializado, tanto com esse aluno quanto com o professor da sala de aula comum, tornar-se-á mais fácil o processo de aprendizagem e de desenvolvimento desse aluno.

No caso do processo de alfabetização, é importante lembrar que a criança cega deverá ter acesso a todas as informações que as demais crianças terão - apenas com recursos diferentes -, bem como, o professor deverá compreender que a concepção teórica que norteará o seu trabalho em sala com os demais alunos deverá ser a mesma com o aluno cego.

O aprendizado da escrita braille por parte do professor de sala de aula comum não deve ser imposto, porém, sabe-se que se esse professor tiver um certo domínio dessa escrita se tornará mais fácil alfabetizar o aluno cego.

Aqui, é importante chamar a atenção para dois aspectos. Primeiro, não é necessário que o professor de sala de aula possua grande domínio da escrita Braille, mas, sim, o suficiente para compreender a composição do sistema e conseguir ler braille utilizando-se de um alfabeto. Outra questão importante é saber que alfabetizar um aluno é muito mais que ensiná-lo a escrever. Alfabetizar é levar à criança a compreender o significado dos processos de leitura e escrita para sua vida, é demonstrar-lhe a sua função social.

Nesse sentido, desde a educação infantil, assim como as demais crianças, a criança cega também já precisa ter contato com a escrita, ou seja, precisa compreender que os objetos têm nome e que esses nomes são representados através da escrita. Para

quem enxerga isso é feito através da leitura imagética de rótulos, por exemplo. No caso de alunos cegos, isso não está dado, daí a importância da mediação do professor proporcionando situações que possibilitem esse contato através da identificação de objetos pessoais, crachás, entre outros, em braille. Outra sugestão é ter na sala um cartaz com o alfabeto em braille e com objetos relacionados às letras colados ao lado de cada letra.

Inicialmente, trabalha-se também com as letras em braille, recortadas em material diverso, já que a criança ainda não possui uma percepção tátil bem desenvolvida. Assim, ela já vai compreendendo como se compõe o sistema e iniciando a aquisição da escrita. Concomitante a isso, o professor deverá propor em sala atividades com desenhos em várias texturas (cordão, algodão, barbante, terra, lixas, etc.), para que o aluno explore e estimule sua percepção tátil. Também utilizar figuras geométricas, linhas curvas, paralelas ou perpendiculares, para trabalhar conceitos de espaço, tamanho, quantidade, contornos e comparação.

Em relação à leitura, deve-se possibilitar o contato, além de objetos identificados, também com letras soltas e palavras com maior espaçamento de linha. Deve-se colocar o polegar da criança em toda a palavra e depois voltar ao início dela e deixar que a criança explore sozinha a palavra.

Quanto aos recursos de escrita, deve-se optar pela máquina ou a reglete e, ao fazê-lo, deve-se utilizar sempre o mesmo recurso (por um determinado tempo) para que a criança não se confunda, já que na reglete a escrita é da direita para a esquerda e na máquina não.

É de fundamental importância que se explore a dimensão lúdica do sistema braille e a plasticidade da percepção infantil, envolvendo todos os alunos, com a finalidade de incorporar e desmistificar as diferenças.

## REFERÊNCIAS

- LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Centauro, 1978.
- VIGOTSKI, Lev S. **Obras completas**. v. 5. Fundamentos de defectologia. Havana: Pueblo y Educación, 1997.